



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

**PROJETO 914BRZ1044**  
**EDUCAÇÃO INTEGRAL: QUALIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO NAS**  
**ESCOLAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS**

**Ficha de Encaminhamento de Produto**

**Edital nº:** 01/2018

**Consultor/a:** Vanessa Lorena Anastácio

**Produto / nº:** 2. Plano estratégico concluído de expansão do atendimento educacional da Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali

**Autenticação do Consultor**

Local e data: Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2018.

Assinatura do Consultor:

**Aprovação do Coordenador do Projeto**

Atesto que os serviços foram prestados, conforme estabelecido no Contrato de Consultoria.

Local e data:

Assinatura e Carimbo:



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

**LISTA DE SIGLAS**

EEIISM	Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali
SEE/MG	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
SRE-TEÓFILO	Superintendência Regional de Educação de Teófilo Otoni
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
FIEI	Formação Intercultural de Educadores Indígenas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
PIPI	Plano de Intervenção Pedagógica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. METODOLOGIA E ETAPAS DO TRABALHO .....</b>	<b>5</b>
<b>3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI NO ANO DE 2018</b>	<b>9</b>
<b>3.1 Educação Infantil.....</b>	<b>9</b>
<b>3.2. Ensino Fundamental I – Anos Iniciais .....</b>	<b>10</b>
<b>4. ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL: ENSINO FUNDAMENTAL II ANOS FINAIS NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI – 2019 E 2020 .....</b>	<b>10</b>
<b>4.1 Avaliação.....</b>	<b>11</b>
<b>4.2 Matriz Curricular, saberes e conteúdos programáticos para os Anos Finais .</b>	<b>12</b>
<b>4.3 Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.....</b>	<b>20</b>
<b>5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INDÍGENA.....</b>	<b>24</b>
<b>6. PROPOSTA DE EXPANSÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI PARA O ANO DE 2019.....</b>	<b>30</b>
<b>6.1 Construção do projeto EJA Maxakali: Ensino Fundamental Anos Iniciais Bilíngue.....</b>	<b>30</b>
<b>6.1.1 EJA Anos Iniciais Bilíngue na Aldeia Cachoeirinha.....</b>	<b>32</b>
<b>6.1.2 EJA Anos Iniciais Bilíngue na Aldeia Verde .....</b>	<b>33</b>
<b>6.2 Construção do projeto EJA Maxakali: Ensino Fundamental Anos Finais Bilíngue.....</b>	<b>33</b>
<b>6.2.1 EJA Anos Finais bilíngue na Aldeia Cachoeirinha.....</b>	<b>35</b>
<b>6.2.2 EJA Anos Finais bilíngue na Aldeia Verde.....</b>	<b>35</b>



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

<b>6.3</b>	<b>Ensino Fundamental Anos Finais na modalidade de ensino regular .....</b>	<b>36</b>
<b>6.4</b>	<b>Magistério Indígena Maxakali .....</b>	<b>36</b>
<b>7.</b>	<b>PROPOSTA DE EXPANSÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI PARA O ANO DE 2020.....</b>	<b>37</b>
<b>8.</b>	<b>NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE.....</b>	<b>38</b>
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>9</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

## 1. INTRODUÇÃO

Este documento contém um planejamento de expansão do atendimento da Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali – EEIISM. O “Plano estratégico de expansão do atendimento educacional”, Produto II, é parte integrante de uma série de IV produtos<sup>1</sup> que compreendem uma ampla organização da SEE/MG para melhoria e alargamento da oferta de formação escolar nas escolas estaduais indígenas Maxakali.

Após um diagnóstico da EEIISM<sup>2</sup>, foi possível traçar como se daria este plano estratégico<sup>3</sup>. O objetivo do trabalho/consultoria foi construir junto das aldeias atendidas pela EEIISM uma proposta na qual estejam abordadas as etapas de ensino a serem contempladas no curto prazo - para o ano de 2019 - e no médio prazo - para o ano de 2020. Nesta proposição estão também descritas as formas de organização do atendimento, tanto sob o ponto de vista docente como sob o aspecto de tempos e espaços de aprendizagem nessas etapas.

A Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali – EEIISM –, objeto deste relatório, está localizada na Reserva Indígena Aldeia Verde e na Reserva Indígena Aldeia Cachoeirinha, com oferta da Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. A partir do ano de 2018 a totalidade de professores que atuam nesta escola são de indígenas Maxakali. Dados referentes às especificidades da educação escolar indígena Maxakali e do povo Maxakali residente nas Aldeias Verde e Cachoeirinha foram tratados no documento “Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali e das aldeias que ela atende”.

O trabalho de campo junto à comunidade escolar da EEIISM para realizar a consulta, base para a elaboração deste documento, ocorreu em novembro de 2018 e reuniu professores regentes, professores de Cultura, professores de Território, coordenador escolar, supervisora escolar, alguns estudantes e lideranças Maxakali. A consulta ocorreu

1 Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali e das aldeias que ela atende. Produto II – Plano estratégico de expansão do atendimento educacional da Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali. Produto III – Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali. Produto IV – Proposta Pedagógica para o Magistério Indígena Maxakali.

2 Ver Produto 1, produzido a partir de consulta feita com toda a comunidade escolar da Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali nos meses de agosto e setembro/2018.

3 Produzido a partir de consulta feita com toda a comunidade escolar da Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali no mês de novembro/2018.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

separadamente com a comunidade escolar da Aldeia Cachoeirinha, onde há um prédio escolar segundo endereço da escola<sup>4</sup>, e com a comunidade da Aldeia Verde, onde fica a escola sede e mais cinco segundo endereços.

## 2. METODOLOGIA E ETAPAS DO TRABALHO

Para a construção deste “Plano estratégico de expansão do atendimento educacional da Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali” optou-se por uma metodologia que incluiu diversos instrumentos de análise e etapas de estudo: levantamento, revisão e análise bibliográfica, análise documental, trabalho de campo incluindo seminário temático e oficina. Guiado por uma perspectiva etnográfica este trabalho buscou interagir com os atores da escola Maxakali e ler o ponto de vista destes indivíduos a fim de construir uma proposta em diálogo com o povo Maxakali, conforme previsto pela equipe da Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG.

O “Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali e da aldeia que ela atende”<sup>5</sup>, é uma das bases da bibliografia utilizada para a redação deste documento, além de outras importantes leituras. A etapa de levantamento, revisão e análise bibliográfica e documental foi privilegiada pelo longo período em que se permaneceu sob o aguardo de autorização da SEE/MG, nos meses de setembro e outubro, para a ida a campo e realização da consulta no mês de novembro/2018.

O método etnográfico teve importância significativa nos dias em que transcorreu o trabalho de campo. Durante e após o seminário e a oficina pontos importantes eram descritos no caderno de campo para posterior análise. O gravador, também muito utilizado, teve sua importância para retomar aspectos diretamente ligados às temáticas discutidas que foram abordados pelos professores Maxakali durante os encontros.

O seminário temático e a oficina aconteceram em períodos diferentes na Aldeia Cachoeirinha e na Aldeia Verde, pois os grupos que ali residem se separaram em função

4 A Aldeia Cachoeirinha está localizada no município de Teófilo Otoni, próxima ao distrito de Topázio. Já a Aldeia Verde se localiza no município de Ladainha. As famílias das duas aldeias antes compunham uma só aldeia, mas conflitos existentes entre elas incorreram na separação. Assim, mesmo sendo uma só escola, não é possível trabalhar com todos juntos.

5 Conforme Projeto 914BRZ1044. Edital 01/2018. Junho 2018.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

de conflitos e não trabalham juntos. Há por parte do grupo que reside na Aldeia Cachoeirinha uma grande insatisfação com o fato da escola desta aldeia ser um segundo endereço da EEIISM. Durante os encontros de trabalho foram inúmeras as conversas em que as lideranças e professores reivindicavam o desmembramento da escola e a criação da Escola Estadual Indígena Aldeia Cachoeirinha.

Em ambas as aldeias os participantes das oficinas foram incentivados a conversar sobre algumas temáticas e criar soluções juntos para as questões propostas. Os professores e lideranças das aldeias atendidas pela EEIISM preferiram trabalhar todos juntos, rejeitando a organização por grupos de trabalho proposta anteriormente. Após as discussões alguns pontos importantes eram retomados com o objetivo de concluir as questões levantadas e dar encaminhamentos. O trabalho de campo teve a seguinte programação:

<b>Atividades para elaboração do Plano Estratégico de Expansão do Atendimento Educacional - EEIISM</b>		
<b>Descrição da Atividade</b>	<b>Data / Horário</b>	<b>Local</b>
Seminário temático: Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali - modalidades e etapas de ensino. Matriz curricular dos anos finais, apresentação e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos – EJA.	22/11/2018	Aldeia Cachoeirinha
	27/11/2018	Aldeia Verde
Oficina: compreendendo os <i>Anos Finais</i> , áreas do conhecimento e componentes curriculares, construção de proposta de expansão do atendimento escolar.	22/11/2018 e 23/11/2018	Aldeia Cachoeirinha
	27/11/2018 e 30/11/2018	Aldeia Verde



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA



*Figura 1 Seminário e oficina na EEIISM - Aldeia Cachoeirinha*



*Figura 2 À direita Cacique Raphael dá explicação sobre Matriz Curricular Anos Finais. À esquerda discussão coletiva dos Anos Finais. EEIM - Aldeia Cachoeirinha.*



*Figura 3 À direita seminário na Aldeia Verde. À esquerda oficina na SRE – Teófilo com professores da EEIISM - Aldeia Verde.*





1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

Os professores Maxakali da EEIISM – nas duas aldeias atendidas – tiveram inicialmente um pouco de dificuldade em compreender a organização dos Anos Finais e como estava estruturada esta etapa de ensino na educação escolar Maxakali, apesar de discursarem e solicitarem à SEE/MG por diversas ocasiões esta oferta em suas escolas. Nos numerosos documentos de situações pontuais onde a educação escolar indígena Maxakali foi debatida com suas lideranças e seus professores, pode-se localizar reivindicações pela continuidade do ensino em nível fundamental e médio nas escolas das aldeias<sup>6</sup>. Uma situação que leva a problematizar sobre a forma como os Maxakali têm se apropriado do projeto de educação não indígena que, de certa forma, tomam como referência para a construção de sua escola.

No decorrer do seminário temático os Maxakali traziam em seu discurso palavras que traduziam uma escola não-indígena. Entendiam que os Anos Finais trariam em sua base apenas conhecimentos vindos de fora, como se fosse a escola de “branco” dentro da aldeia. A exemplo, pensavam as aulas todas em português, independente da área do conhecimento. Isto demonstra às instituições de fomento à educação escolar Maxakali a necessidade de se trabalhar na formação de professores as especificidades da educação indígena e da educação não-indígena. A comunicação necessária entre elas para uma formação crítica que prepare a população indígena para o diálogo com qualquer outro cidadão sem que seus direitos sejam ameaçados.

Nada sobre a forma de organização do atendimento escolar Maxakali nos Anos Finais era claro para os envolvidos diretamente com a educação escolar nas aldeias, os professores ainda necessitavam apreender as modalidades e etapas de ensino existentes, a engrenagem deste atendimento que não passava unicamente pelo ensino do português. Suas dúvidas demandavam esclarecimentos sobre uma matriz curricular em que outros conhecimentos que não somente os conhecimentos do povo Maxakali estavam postos. Após estes entendimentos os professores e lideranças puderam tomar para si a construção de um plano de expansão do atendimento educacional na EEIISM.

O amadurecimento das conversas, os exemplos e as demonstrações do funcionamento da educação escolar indígena, apresentação da legislação existente que garante o atendimento específico, diferenciado, intercultural e bilíngue trouxe aos

<sup>6</sup> Atualmente nas escolas estaduais indígenas nas aldeias Maxakali há somente o atendimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

professores Maxakali a imagem de uma escola Maxakali para os Anos Finais. Assim, despertaram para o desenho desta escola em suas diferentes etapas de ensino, para o que significava e como estava sistematizado, ainda que apenas pela matriz curricular, os Anos Finais na escola Maxakali.

A oficina para a construção de propostas foi permeada por atividades individuais e coletivas. Durante a oficina construções do seminário temático foram retomadas e muitos arranjos foram feitos pelos professores com relação aos Anos Finais.

### **3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI NO ANO DE 2018**

Os dados desta sessão foram coletados tendo como base a produção e análise do documento *Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali e das aldeias que ela atende* –, e a consulta realizada no mês de novembro de 2018. As informações estão aqui resumidas à título de contextualização do atendimento escolar atualmente.

A EEIISM possui 3 prédios escolares construídos pelo Estado e 4 cabanas construídas por alguns professores. Há no total 12 professores regentes, 9 professores de Cultura (entre homens e mulheres) e 4 professores de Território.

- Aldeia Verde: 2 prédios escolares e 4 cabanas escolares. 11 professores regentes, sendo 3 professoras mulheres, 7 professores de Cultura e 3 professores de Território.
- Aldeia Cachoeirinha: 1 prédio escolar. 1 professor regente, 1 professor de Cultura, 1 professor de Território.

#### **3.1 Educação Infantil**

A Educação Infantil na Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali conta hoje com 1 professor (Paulinho Maxakali) e 28 estudantes matriculados entre 6 e 11 anos



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

de idade na Aldeia Verde. No segundo endereço da Aldeia Cachoeirinha não há atendimento da Educação Infantil.

Observa-se na EEIISM demanda de formalização da matrícula de novas crianças que já frequentam a escola no ano de 2018 de maneira informal, pois há crianças menores de quatro anos que circulam livremente pela escola e participam das atividades juntos às crianças mais velhas durante as aulas.

### **3.2. Ensino Fundamental I – Anos Iniciais**

O atendimento escolar nos Anos Iniciais na EEIISM no ano de 2018 conta com 10 professores regentes Maxakali e 165 estudantes matriculados entre 5 e 41 anos de idade. Há uma turma na Aldeia Cachoeirinha e nove turmas na Aldeia Verde, 5 turmas localizadas em prédios escolares e 4 turmas em cabanas escolares. Todas as turmas são multisseriadas e há grandes diferenças de idade entre crianças numa mesma turma devido ao arranjo dos Maxakali em que as turmas são formadas em conformidade com as relações de parentesco entre professores e estudantes. Este ponto foi detalhado no Produto I desta consultoria. A consulta efetivada em novembro de 2018 não indica alterações no quadro de professores regentes do Ensino Fundamental.

Com a extinção das aulas de Língua Portuguesa no ano de 2018, a fase dos Anos Finais, 6º ao 9º ano, não foi ofertada nas escolas Maxakali, o que gerou reivindicações de lideranças, professores e alunos pelo retorno das aulas, pois muitos desejam dar continuidade aos estudos e, principalmente, aprender o português.

## **4. ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL: ENSINO FUNDAMENTAL II ANOS FINAIS NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI – 2019 E 2020**

A requisição das lideranças, professores e estudantes pela ampliação do atendimento escolar nas escolas estaduais indígenas Maxakali, trouxe a reflexão sobre a forma como deveria acontecer a continuidade do atendimento nas escolas das aldeias,



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

gerando discussões e construções<sup>7</sup> acerca das especificidades da educação escolar Maxakali – corpo docente, práticas pedagógicas empregadas nas escolas, formação de professores Maxakali para ocupar cargos antes ocupados por professores não indígenas, ocupação dos prédios escolares. Assim, durante o seminário temático e a oficina (realizados em novembro de 2018), foram reverberadas propostas sobre as formas de organização do atendimento escolar na EEIISM para o ano de 2019 e para o ano de 2020.

Os anos letivos de 2019 e 2020 deverão dar continuidade ao atendimento no nível da Educação Básica compreendendo as três etapas de ensino: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio – Magistério Indígena Maxakali. Projeta-se a ampliação do atendimento no Ensino Fundamental incluindo-se na Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali a fase dos Anos Finais. Em consulta, os professores e lideranças Maxakali presentes definiram sobre as formas de organização do atendimento nos Anos Finais e no Ensino Médio, agregando à oferta do atendimento escolar na EEIISM a modalidade da Educação de Jovens e Adultos nos Anos Finais e nos Anos Iniciais.

Considerando-se que os estudantes Maxakali alcançam o fim dos Anos Finais e que possuem o requisito para dar continuidade aos estudos – estar alfabetizado/letrado na Língua Maxakali – com 15 anos ou mais, nesta idade pode ser inserido em uma turma na modalidade da Educação de Jovens e Adultos conforme legislação vigente. Com o trabalho de elaboração do diagnóstico das escolas Maxakali, vimos que de forma geral o estudante é considerado apto para cursar os Anos Finais aos 15 ou 16 anos.

#### **4.1 Avaliação**

Segundo os professores Maxakali para saber se um estudante está apto ou não para cursar os Anos Finais e iniciar o aprendizado de outra língua, é feita individualmente uma avaliação escrita. Durante o processo de consultoria que se iniciou em agosto de 2018 foi possível observar que não há uma normatização quanto aos parâmetros da avaliação, cada professor define à sua forma, desde que com uma avaliação escrita, se um estudante está apto ou não para cursar os Anos Finais e aprender a Língua Portuguesa. Vale dizer que

<sup>7</sup> Ver Produto I desta Consultoria.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

normatização aqui não se refere a uma forma rígida ou engessada de avaliar, mas sim à necessidade de se estabelecer critérios tendo em vista as práticas pedagógicas e os modos de fazer da escola Maxakali. Normalmente, e quase unicamente, os professores se baseiam no princípio de saber ou não escrever um bilhete, os elementos avaliativos no uso desta escrita são definidos por cada professor.

Na oficina ocorrida em agosto para a elaboração do Produto I discutiu-se entre os professores, coordenador e supervisor escolar, a importância de desenvolver trabalhos em torno da temática da avaliação, conhecendo diferentes formas de avaliar, definindo parâmetros e elementos de avaliação. A equipe da EEIISM definiu que a avaliação deverá conter atividades que não somente escritas: leitura de um texto escrito na língua Maxakali, prática de canto *yãmĩyxop*, avaliação qualitativa do professor regente, pode ser oral ou escrita, tendo em vista a trajetória escolar e o desenvolvimento do estudante, e a prática de escrita de um bilhete. O encaminhamento é de que a avaliação na Aldeia Verde será feita por um grupo de trabalho: o coordenador escolar Israel Maxakali, a supervisora escolar Zilene Gomes e o professor regente de turma. Já na Aldeia Cachoeirinha o professor Genivaldo Maxakali e a supervisora Zilene Gomes ficarão responsáveis por fazer a avaliação com os estudantes. Segundo a equipe pedagógica da EEIISM, haverá esforços de todos para realizar as avaliações no início do ano letivo de 2019.

Neste ponto destaca-se a importância de que a SEE/MG juntamente com a Superintendência Regional de Educação de Teófilo Otoni – SRE TEÓFILO – observe a necessidade de criação de um Plano de Intervenção Pedagógica – PIP – com foco na avaliação, definindo parâmetros e formas de avaliação com a equipe da EEIISM. O PIP neste caso é uma ação pontual devido à urgência em dar continuidade às discussões, conhecer novos paradigmas e criar novas práticas acerca da avaliação escolar. Cabe ressaltar que este é um trabalho que exige também tempo e formação continuada, de forma que com a oferta do magistério indígena os professores em formação terão em vista novas estratégias de avaliação.

#### **4.2 Matriz Curricular, saberes e conteúdos programáticos para os Anos Finais**

Em um primeiro momento, ao observarem a matriz curricular dos Anos Finais, 6º ao 9º ano regular, os professores Maxakali e lideranças não tinham ideia do que



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

significava o quadro à sua frente. A estratégia foi trabalhar com algo mais próximo da realidade escolar vivida por eles, desta forma a matriz curricular dos Anos Iniciais foi retomada<sup>8</sup> e retirada do formato de quadro – ambas as matrizes foram retiradas do formato de quadro. As matrizes curriculares ganharam então o formato de círculos grandes, como núcleos, que eram as áreas do conhecimento, com círculos menores dentro, que eram os componentes curriculares.

O plano de retomar a matriz curricular dos Anos Iniciais foi muito produtivo, pois os professores visualizavam o que eles vivenciavam atualmente nas aulas e assim puderam projetar uma experiência para os Anos Finais.

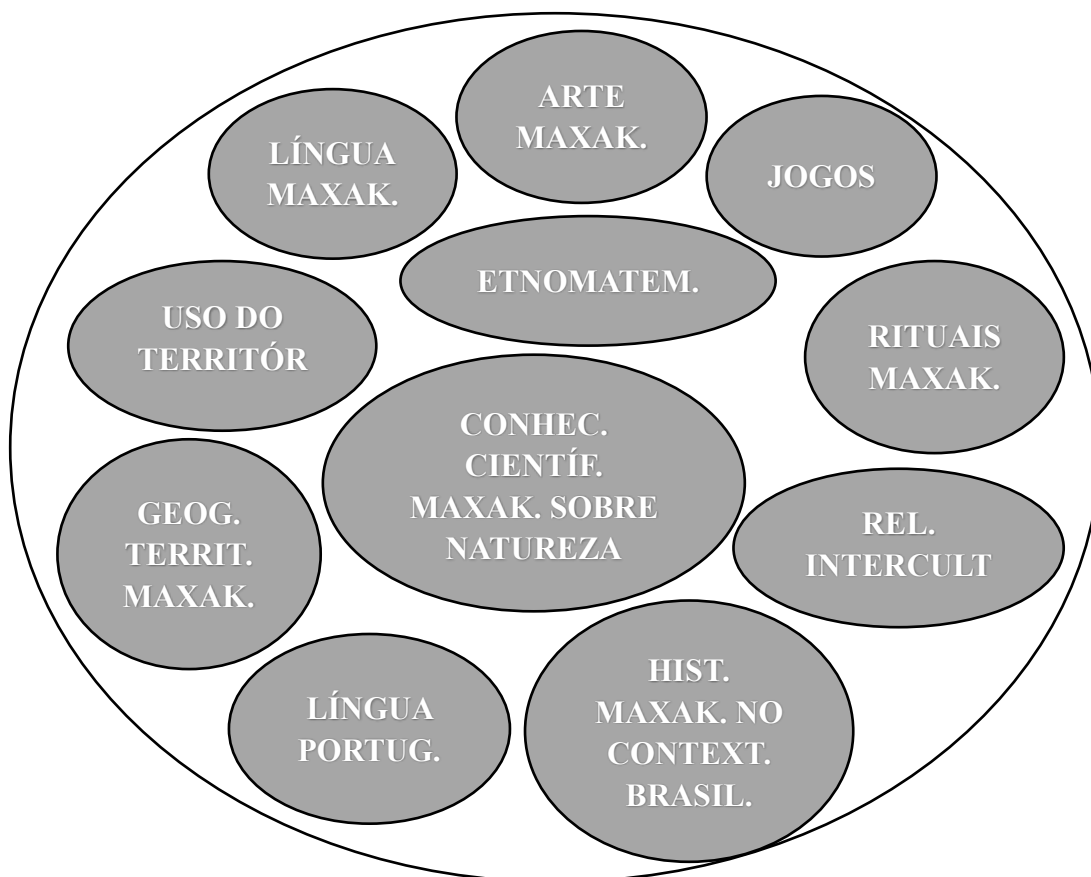


Figura 4 Esboço do estudo da Matriz Curricular Anos Finais. EEIISM.

<sup>8</sup> Em consultoria realizada no mês de agosto esta matriz foi estudada com os professores.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

Com o estudo da matriz curricular, os Maxakali sugeriram pequenas mudanças nos componentes curriculares que compõem as seguintes áreas do conhecimento:

- Matemática:
  - Mudança do nome do componente curricular de “Etnomatemática” para “Matemática Maxakali”;
  - Inclusão do componente curricular “Educação monetária”.
- Ciências da vida e da natureza:
  - Mudança do nome do componente curricular de “Conhecimento científico Maxakali sobre natureza” para “Conhecimento Maxakali sobre natureza”.
- Ciências humanas e sociais:
  - Mudança do nome do componente curricular de “Rituais Indígenas” para “Rituais Maxakali”.

Uma vez que se aplica a todas as escolas estaduais indígenas em terras Maxakali e considerando as sugestões de mudanças das equipes pedagógicas das outras duas escolas estaduais indígenas Maxakali<sup>9</sup>, a matriz curricular deve passar por uma aprovação geral para sua implementação no ano de 2019. Pois, nota-se diferenças de propostas dos professores e lideranças com relação à carga horária do ensino de Língua Estrangeira (Português) nas escolas.

*O Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali e da aldeia que ela atende*, traz informações sobre a relação da população Maxakali com a Língua Portuguesa. Nele vemos a ambivalência das opiniões que prevalecem entre os Maxakali sobre o ensino do português. Vemos que este desejo envolve a ideia de emancipação, mas também a ideia de “perda cultural”, o que indica a importância da criação de uma política linguística pedagógica nas escolas Maxakali. Esta questão será tratada na sessão 8.

A imagem a seguir mostra a matriz curricular com grifos para as mudanças sugeridas pela comunidade escolar da EEIISM:

9 Escola Estadual Indígena Maxakali e Escola Estadual Indígena Capitãozinho Maxakali.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
 SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
 COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

**MINUTA MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS (6º AO 9º) - REGIME ANUAL**  
**ALTERAÇÕES SUGERIDAS PELA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI**

Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, Resolução CNE/CEB nº 7, de dezembro de 2010 e resolução SEE Nº 2.197, de 26 de outubro de 2012.

ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	AULAS SEMANAIS E CARGA HORÁRIA ANUAL							
		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
LÍNGUA ARTE E LITERATURA MAXAKALI	LÍNGUA MAXAKALI								
	ARTE MAXAKALI	3	120	2	80	1	40	1	40
	JOGOS								
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA MAXAKALI	4	160	4	160	4	160	4	160
	EDUCAÇÃO MONETÁRIA								
CIÊNCIAS DA VIDA E DA NATUREZA	CONHECIMENTO MAXAKALI SOBRE NATUREZA	3	120	3	120	3	120	3	120
	USO DO TERRITÓRIO								
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	HISTÓRIA MAXAKALI NO CONTEXTO BRASILEIRO								
	GEOGRAFIA DO TERRITÓRIO MAXAKALI	3	120	3	120	3	120	3	120
	RITUAIS MAXAKALI								
LÍNGUA ESTRANGEIRA	LÍNGUA PORTUGUESA	4	160	5	200	6	240	7	2800
PARTE DIVERSIFICADA	RELAÇÕES INTERCULTURAIS	3	120	3	120	3	120	3	120

LEGENDA: AS – AULAS SEMANAIS CHA – CARGA HORÁRIA ANUAL

**INDICADORES FIXOS** MÓDULO AULA: 60M DIAS LETIVOS: 200 SEMANAS LETIVAS ANUAIS: 40 SEMANAS CARGA HORÁRIA ANUAL: 800 H CARGA HORÁRIA TOTAL: 4.000 H





1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

Nas definições acerca dos saberes e conteúdos que integram os componentes curriculares, os professores trazem à luz a interdisciplinaridade própria da forma como percebem os conhecimentos quando ensinados na escola. Durante a oficina quando falavam dos componentes curriculares foram inúmeros exemplos dados pelos professores de práticas pedagógicas em que as aulas de Matemática eram também aulas de Língua Maxakali, de Ciências e ainda de Artes.

A interdisciplinaridade presente na habilidade dos professores Maxakali não permite que na prática os conhecimentos sejam compartimentados em disciplinas como acontece no modelo ocidental de escola. Na forma de ensinar, na própria concepção de educação do Maxakali, a Língua, a Arte, a Literatura, a Matemática, a Ciência, a História, a Geografia, estão no Ritual, no Território, na Cultura e tudo isto está na escola. Não é possível esperar do professor Maxakali que entre em uma sala de aula, dê uma aula de Língua Maxakali somente, todos os dias metodicamente. Apesar de também reproduzir um modelo de ensino dos missionários e dos professores não indígenas, os Maxakali construíram ao longo da história da escola em suas terras uma metodologia e concepções de educação muito próprias onde os modos de aprendizagem vivenciados na educação tradicional estão presentes na educação escolar.

Abaixo os saberes e conteúdos levantados pelos professores da EEIISM para o trabalho com os componentes curriculares do 6º ao 9º ano dos Anos Finais. As anotações foram feitas buscando preservar, em sua maioria, a forma como os professores Maxakali falaram. Os conteúdos poderão ser revisados e trabalhados em reuniões pedagógicas durante o ano de 2019 no intuito de construir e compartilhar metodologias e didáticas para o ensino e a aprendizagem dos mesmos. Além disso, devem ser retomados com os professores para sua organização de acordo com a evolução da vida escolar do estudante (6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano). Recomenda-se traçar um PIP pelas equipes da SEE/MG e da SRE-Teófilo para fazer a compilação dos saberes e conteúdos descritos abaixo de todas as escolas estaduais Maxakali para serem compartilhados e desenvolvidos pedagogicamente com os professores Maxakali.

- Língua Maxakali (Área do conhecimento: Língua, Arte e Literatura Maxakali):  
Pronúncia; consciência fonológica; significado das palavras; interpretação de textos; tipos de textos (bilhete, carta, mensagem de ZAP, e-mail, mensagem de celular, lista);



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

contação de histórias; jogos de problematização da língua; diferenças entre a língua falada e a língua escrita; jogos de imagem; produção de texto.

- Literatura Maxakali (Área do conhecimento: Língua, Arte e Literatura Maxakali):  
Leitura de livros Maxakali; produção de livros Maxakali; desenhos e escrita de cantos e histórias Maxakali; contação de histórias; produção de textos em suportes diversos: quadrinhos, animação (manual ou vídeo), contos, poemas.
- Arte Maxakali (Área do conhecimento: Língua, Arte e Literatura Maxakali):  
Desenhos de cantos e histórias; *mimãñãm* (grafismos); pintura corporal de *yãmĩxop* e *yãmĩyhex*; tintas naturais (jenipapo e urucum); diferentes roupas de ritual; cores dos *yãmĩy*; produção de animação (manual e vídeos); teatro/performance; panela de barro.
- Jogos Maxakali (Área do conhecimento: Língua, Arte e Literatura Maxakali):  
Bodoque; arco e flecha; lançamento de lança; lançamento de pau (*pananat*)<sup>10</sup>; corrida de maracá; perna de pau (*kuptõy*)<sup>11</sup>; jogo do milho (*paxok*); *yip pata*<sup>12</sup> (roda de madeira); corrida de *kamãnok*<sup>13</sup> (cavalo de pau); *mõgmõka*<sup>14</sup> (cabo de força de cipó); corrida de *paxpax*<sup>15</sup> (carrinho de pet com mecanismo que faz barulho).
- Matemática Maxakali<sup>16</sup> (Área do conhecimento: Matemática):  
Agrupamentos (*pohox*, *xupapox*, *tuhut*, dedos das mãos e dos pés)<sup>17</sup>; artesanato em miçanga; artesanato em linha; artesanato em palha; arquitetura Maxakali (construção de casas moradia e casa de religião); *mĩmkuin* (contagem dos cantos; pintura corporal, contagem das listras); *taxtaxkox*; *mĩmãñãm* (contagem das pinturas e das histórias); sementes (plantio e colheita = multiplicação das sementes).

10 Lê-se: padadá

11 Lê-se: cutõem

12 Lê-se: gipatá

13 Lê-se: camadó

14 Lê-se: mômôcá

15 Lê-se: paipai

16 Componente curricular alterado de “Etno-matemática” para “Matemática Maxakali” pelos professores Maxakali em consulta no mês de novembro de 2018.

17 Lê-se: pôrroi (arco e flecha – conta as flechas, as penas usadas para fazer, desenhos, quantos dentes tem na ponta da flecha), torroa (bolsa de imbaúba e as comadres – quantas bolsas são com quantas comadres), xipapoi (lontra, ser mitológico espiritual que conta os peixes e dá para o homem Maxakali).



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

- Educação Monetária<sup>18</sup> (Área do conhecimento: Matemática):  
Escrita dos valores em dinheiro ex: número 1 não é igual a um real; relações comerciais (o que é cartão de crédito, o que é cartão de débito, o que é comprar parcelado, o que é comprar à vista, lógica comercial de compra à vista e parcelado, o que é juros, troco em dinheiro); relações bancárias (conta corrente, conta poupança, conta salário, empréstimo, saque, depósito, transferência, leitura de extrato); quatro operações contextualizadas ao uso do dinheiro (adição, subtração, divisão, multiplicação); porcentagem; conhecimentos matemáticos não indígenas deverão ser ensinados através do uso do dinheiro.
- Conhecimento Maxakali sobre natureza (Área do conhecimento: Ciências da Vida e da Natureza):  
Conhecimento Maxakali sobre a plantação (como o homem planta, como os bichos plantam e como o vento planta); os cantos da alimentação (preparo da roça, colheita e preparo da comida); práticas de caça e de pesca (quando sai para caçar tem que pedir licença para o dono do animal, conversa e canta); os cuidados com a fumaça; modo Maxakali de conhecer e compreender o universo e a relação Maxakali com a natureza – cosmociência Maxakali, cura Maxakali –; cantos e rituais de cura; elementos da natureza; identificação das plantas; uso das plantas (para que servem e quando usar); manejo das plantas e da mata; variedade de remédios e modos de fazer remédios; identificação dos animais; hábitos dos animais; remédios extraídos dos animais; alimentos encontrados na natureza; alimentação Maxakali; modos de fazer comidas Maxakali; alimentação no resguardo *yi'ax* (restrições no pós parto para a mulher e para o homem); costumes no resguardo *yi'ax* (pós-parto e picada de cobra); cosmogonias Maxakali (mitos de origem); cantos relacionados às plantas e ao território; *yãmĩyxop*; práticas da tradição Maxakali para a manutenção da boa saúde (corpo e espiritual).

18 Componente curricular incluído pelos professores Maxakali em consulta no mês de novembro de 2018.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

- Uso do território (Área do conhecimento: Ciências da Vida e da Natureza):  
O professor de território deverá trabalhar em parceria com o outro professor da área do conhecimento na prática dos saberes. Seu trabalho será sempre junto com os estudantes no território Maxakali. O professor regente da área acompanhará as aulas do professor de território.
- História dos Maxakali no contexto brasileiro (Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais):  
Quem vestiu o povo Maxakali? Onde habitavam os Maxakali, em que cidades locais? (A história do período colonial e das missões jesuíticas, projeto de ocupação dos sertões em Minas Gerais séculos XVII e XVIII); quando aconteceram os surtos de doenças? Quais foram as doenças? (varicela, sarampo, etc); a história do nome Maxakali; o papel das lideranças indígenas na comunidade e na interlocução com as instituições; o papel das instituições governamentais de atendimento ao povo Maxakali (FUNAI, SESAI, SEE/MG, Prefeituras Municipais); história do Brasil; história dos Maxakali na colonização e na república; política indigenista no Brasil (SPI-FUNAI); história e luta do movimento indígena no Brasil; a participação Maxakali no movimento indígena do Brasil; a participação Maxakali na política brasileira e na política local; o voto e as populações indígenas do Brasil; representatividade indígena na política brasileira; funções dos representantes do governo (presidente, senador, deputado federal e estadual, governador, prefeito, vereador, secretários de governo); a ideia de propriedade privada entre os não índios; política de demarcação de territórios indígenas; direitos e deveres do cidadão brasileiro e do cidadão indígena; dia do índio.
- Geografia do território Maxakali (Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais):  
A *Kuxex* (casa de religião) e a sociedade Maxakali; função da *kuxex* na organização das aldeias; função dos *yãmĩy* na sociedade Maxakali (os *yãmĩy* que ajudam a manter a ordem – *yãmĩy xona* no ritual *toktap yõg*, *yãmĩy patop xonat*: ritual *xunĩm yõg*, *yãmĩy kupumõg xonat* no ritual *mõgmõka yõg*, *yãmĩy iymãgnaaxonat* no ritual *yãmĩy yõg*, etc.); orientação; localização do território Maxakali; mapas do território Maxakali; o



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

território Maxakali em Minas Gerais; o território Maxakali no Brasil; clima, vegetação e relevo do território Maxakali; impactos ambientais na história do território Maxakali; economia do território Maxakali; reflorestamento no território Maxakali, calendário da caça (tempo das sementes, da chuva, da seca, etc).

- Rituais Maxakali (Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais):  
Grupos rituais *yãmĩyxop* e suas especificidades: danças, cantos, cores, roupas, histórias, comidas, caças, *mĩmãnãm*, comportamento dos *yãmĩy*. Função de cada indivíduo no ritual: o papel do *yãmĩyxop tak* (pai de religião), o papel dos homens, das mulheres, das crianças.
- Relações Interculturais:  
Diversidade indígena do Brasil; diversidade linguística no Brasil; diferentes modos de fazer; relações comerciais com não indígenas e funcionamento do sistema de compra e venda – cartões de crédito e débito; relações bancárias; diferenças de costumes entre povos indígenas e entre não índios (alimentação, organização familiar, modos de viver na sociedade, vestimentas – números e tamanhos de roupas e calçados); relações humanas entre sociedades limítrofes; relações de interferência das instituições nos costumes Maxakali: SESAI e fogo nas casas (costume Maxakali), SESAI e parto em casa; o povo Maxakali na internet: como os sites diversos representam o povo Maxakali (ISA, Wikipédia, busca google, etc) – necessidade de atualização; diálogos interculturais.

#### 4.3 Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Atualmente metade dos professores que lecionam na EEIISM são professores leigos que deverão dar início à formação profissional de nível médio – Magistério Indígena – no ano de 2019. Há no total 7 professores que não concluíram os estudos em Nível Fundamental, 1 coordenador escolar formado em Nível Superior e 4 professores em formação nos cursos de licenciatura do programa de Formação Intercultural de Educadores Indígenas – FIEI/UFMG. Todos estes professores moram e trabalham na Aldeia Verde. As comunidades das aldeias atendidas pela escola concordam que são



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

preferencialmente os professores cursando a licenciatura intercultural indígena atualmente e aqueles que já concluíram a formação superior que deverão assumir as salas de aula nos Anos Finais na EEIISM, conforme a legislação vigente norteia. Na Aldeia Cachoeirinha não será possível este acerto, de modo que será necessário fazer o encaminhamento do professor Genivaldo Maxakali ou outro indígena interessado em se formar professor para a certificação do Ensino Médio com o objetivo de dar início ao curso em nível superior (FIEI)<sup>19</sup>.

Na Aldeia Verde os professores e lideranças discursarem que os professores em curso no FIEI estão mais bem preparados para assumir os Anos Finais, apesar desta decisão romper com uma prática: até então o que define uma turma de estudantes na EEIISM são as relações políticas estabelecidas entre o professor e os demais parentes na aldeia, são também estas relações que levam uma pessoa a ocupar o cargo de professor.<sup>20</sup>

Além dos professores regentes, os Maxakali solicitam a docência dos professores de Cultura – um homem e uma mulher – e dos professores de Território nos Anos Finais do Ensino Fundamental, para atuar nas aulas com a premissa dos Rituais Maxakali e Uso do Território respectivamente. O povo Maxakali afirma ser imprescindível a presença destes professores em todas as etapas da vida escolar do estudante, pois são eles os sábios e multiplicadores dos saberes dos anciãos. Os professores de Cultura e de Território não necessitam ter formação em nível médio ou superior para dar aulas, eles possuem um saber que não lhes foi ensinado na escola, mas sim na experiência vivida com o seu povo, são saberes ancestrais dos cantos *yãmĩxop*, dos mitos, dos *‘ãỹỹ hok*, o segredo dos mitos, da relação com o território em que se vive, dos saberes que os tornam humanos.

Os professores da Aldeia Verde sugerem os professores dos Anos Finais de acordo com as seguintes áreas de atuação:

ÁREA DO CONHECIMENTO	NOME DO PROFESSOR
Língua, Arte e Literatura Maxakali	Paulinho Maxakali
Matemática Maxakali	Máisa Maxakali
Ciências da Vida e da Natureza	Itamar Maxakali

19 Na Aldeia Cachoeirinha há Genivaldo Maxakali (professor regente dos Anos Iniciais) e Alípio Maxakali (agente de saúde) muito interessados em fazer o curso de formação de professores em nível superior.

20 Na Aldeia Cachoeirinha não vemos este arranjo, pois há uma só família (próxima e extensa) vivendo lá.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

ÁREA DO CONHECIMENTO	NOME DO PROFESSOR
Ciências da Vida e da Natureza Uso do Território	A definir
Ciências Humanas e Sociais	Suely Maxakali
Ciências Humanas e Sociais Rituais Maxakali	Noêmia Maxakali A definir um homem
Língua Estrangeira	A definir
Relações Interculturais	Suely Maxakali

Como se observa na tabela, alguns professores ainda serão indicados pela equipe da EEIISM da Aldeia Verde que considera a importância de mais diálogo interno para estas definições.

#### **4.4 Tempos e espaços de aprendizagem nos Anos Finais na Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali**

Segundo a equipe pedagógica da EEIISM e lideranças Maxakali, a formação nos Anos Finais terá como premissa a concepção de educação escolar que se constrói ao longo dos anos nas escolas Maxakali nos Anos Iniciais. Vimos no *Produto I*, como os processos de ensinar e aprender entre o povo Maxakali acontece hoje em um diálogo de duas tradições de educação, não escolar e escolar. Neste diálogo a escola se edifica tendo como base os modos de aprendizagem do interior do grupo e a apropriação dos projetos que lhes são apresentados e colocados em prática na escola. A educação Maxakali acontece na integração das unidades educativas existentes em todo o território: a família, a comunidade, a religião e as instituições que atuam no território – Escola, FUNAI, SESAI, EMATER/MG, Universidades.

Nos Anos Finais os tempos rituais, os resguardos, os segredos ensinados através da *kuxex*, casa de religião, devem ser respeitados e considerados parte do conhecimento escolar, assim como acontece nos Anos Iniciais. Quando criança, o menino, por exemplo,



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

passa pelo *taxtaxkox* e os 30 dias que está na *kuxex* é como se estivesse na escola, pois os conhecimentos ali apreendidos são parte da formação humana.

Foi possível traduzir nas falas dos professores que o diálogo entre a *kuxex* e a *tapet pet*<sup>21</sup> é permanente em todos os níveis de ensino e esta é a escola Maxakali. Para os Anos Finais destacaram a presença dos professores de Cultura e de Território principalmente por serem estes o principal reflexo da educação tradicional Maxakali na escola. São estes os professores que trabalham sobretudo com os saberes nos tempos e espaços em que os modos de aprendizagem próprios da educação do povo Maxakali estão presentes.

Com a média de idade em que os estudantes alcançam os Anos Finais na escola Maxakali, considera-se que também já chegaram à idade adulta. A depender da idade, 15 até 18 anos são chamados de jovens, mas considerados adultos, pois a grande maioria com esta idade já se casou e tem filhos. Neste sentido, as questões referentes ao resguardo, *yi'ax*,<sup>22</sup> apareceram de forma muito evidente nas oficinas como algo que a escola Maxakali deve estar atenta nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Afinal, o descumprimento de um resguardo pode incorrer em problemas irreversíveis.

Durante o resguardo, *yi'ax*, no pós-parto o homem e a mulher deverão ficar afastados da escola, conforme orientação da educação tradicional Maxakali. O retorno às atividades escolares para ambos será após 30 dias da data do parto. Porém, alguns homens e mulheres por ventura poderão extrapolar este tempo a depender de questões de saúde ou de ocorrências espirituais e rituais. Esta orientação cabe ao estudante e aos professores Maxakali.

Os professores que tiverem suas mulheres grávidas deverão seguir o resguardo *yi'ax*. Os professores Maxakali argumentam que sua atividade docente é um compromisso com a aldeia e por isso todo professor deverá retornar às atividades de trabalho após 15 dias do nascimento da criança. Consideram que esta retomada à sala de aula não interfere nas outras restrições do *yi'ax* que devem ser seguidas com rigor.

Nos ciclos rituais *yãmĩyxop*, em que os estudantes certamente estarão envolvidos em suas aldeias, as aulas se darão em torno do ritual. Os professores Maxakali afirmam que os estudantes serão orientados a avisar ao professor e este ao coordenador sobre a ausência na *tapet pet* justificada pela presença na *kuxex*. O espaço da educação Maxakali

21 Casa de papel, escola.

22 Lê-se: diai.





1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

é o território. Do mesmo modo que os professores concebem o ensino na escola de forma interdisciplinar, também pensam a educação de forma integral.

Nas vivências interculturais, os professores Maxakali agenciam a forma e os conteúdos da escola ocidental a que tomam sim de empréstimo: um modelo, algumas formas de ensinar, conteúdos. Mas também se movimentam moldando a escola a seu modo, de acordo com sua cosmologia, cosmociência, cosmopolítica, ressignificando os conhecimentos produzidos em qualquer mundo (Maxakali e não-indígena).

Segundo os Maxakali, nos Anos Finais as aulas serão ministradas no período da tarde, no horário de 12:30h às 16:30h, pelos professores regentes de acordo com sua área do conhecimento e pelos professores de Cultura e Território que atuarão primordialmente fora da sala de aula, como já acontece. Com os professores da Aldeia Verde, problematizou-se o fato de as aulas ocorrerem em um prédio escolar, pois considerando-se o número de estudantes em cada aldeia e o número de professores atuantes no Ensino Fundamental II, aulas em cabanas ficariam inviáveis. Apesar da grande dificuldade inicial, devido as formas de organização dos Anos Iniciais,<sup>23</sup> todos os professores compreenderam e concordaram.

## 5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INDÍGENA

A possibilidade da oferta da EJA na Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali passou a ser observada entre os professores e lideranças desde os primeiros encontros em reuniões de trabalho junto à equipe da SRE-TEÓFILO e SEE/MG. Em observância ao diagnóstico da EEIISM construído junto aos professores e lideranças, fica claro que há um quantitativo de jovens e adultos fora da escola, muitos destes já frequentaram os Anos Iniciais e alguns até mesmo já cursaram parte dos Anos Finais estudando com professores não indígenas que atuaram até o ano de 2017 na escola

23 Nas escolas Maxakali a conformação das turmas por nível de ensino e idade não seguem uma linearidade conforme modelo escolar não indígena. As turmas são formadas de acordo com as relações de parentesco das crianças com o professor, isto para os Maxakali é mais importante, de forma que não veem problemas de a criança estar estudando com outras em grau diferente de desenvolvimento escolar.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

Maxakali. São jovens e adultos que, pela normatização da educação básica, não concluíram o ensino fundamental e médio na idade certa e desejam retomar os estudos.

Apesar de não haver leis específicas que regulem a Educação de Jovens e Adultos Indígena, a legislação vigente que rege as escolas indígenas responde, implicitamente, à questão da implantação desta modalidade e à capacitação do professor indígena para atuar na mesma. Os princípios da educação escolar bilíngue, intercultural, específica e diferenciada são objetivos e bem incorporados à legislação brasileira. Nas Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, publicadas em 1994, é admitido à educação escolar indígena o direito à diferença e proteção aos costumes, crenças, tradições e línguas das populações indígenas.

A escola indígena tem como objetivo a conquista da autonomia sócio-econômico-cultural de cada povo, contextualizada na recuperação de sua memória histórica, na reafirmação de sua identidade étnica, no estudo e valorização da própria língua e da própria ciência - sintetizada em seus etno-conhecimentos, bem como no acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade majoritária e das demais sociedades, indígenas e não indígenas. A escola indígena tem que ser parte do sistema de educação de cada povo, no qual, ao mesmo tempo em que se assegura e fortalece a tradição e o modo de ser indígena, fornecem-se os elementos para uma relação positiva com outras sociedades, a qual pressupõe por parte das sociedades indígenas o pleno domínio da sua realidade: a compreensão do processo histórico em que estão envolvidas, a percepção crítica dos valores e contravalores da sociedade envolvente, e a prática da autodeterminação. (Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, 1994, p.11)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação N°. 9394/96 – LDB –, em seu Art. 78, garante a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas. (Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, 1996)

A Lei determina também o apoio da União a programas de ensino a serem desenvolvidos com anuência das comunidades e participação ativa dos indígenas no



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

planejamento de sistemas alternativos de educação, bem como na produção e divulgação de conhecimentos diferenciados – Art. 79.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de

Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, 1996)

Vale citar ainda o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (1998). O documento alude em seu texto o respeito à autodeterminação e à autoafirmação dos povos originários, considerando o não isolamento das comunidades indígenas no mundo atual em contato periódico, e em alguns casos específicos, com os valores e instituições da cultura do não-índio. Portanto, argumenta que os povos indígenas “têm o direito de decidir seu destino, fazendo suas escolhas, elaborando e administrando autonomamente seus projetos de futuro.” (p. 23). O documento ressalta ainda que a escola indígena faz parte de um projeto de construção autônoma e societária, onde a comunidade deve definir conjuntamente como deverá ser o projeto político-pedagógico, o currículo, a organização e a gestão da escola.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA – é respaldada pela LDB como uma modalidade de ensino em seus artigos 37 e 38, em que versa especificamente sobre a legalidade da oferta.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

(Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, 1996)

Nesta mesma lei, as determinações aplicadas à Educação de Jovens e Adultos podem ser encontradas em outros artigos uma vez que a EJA é um componente da Educação Básica. A exemplo os artigos 23 e 24 parágrafo segundo especificamente.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (...) § 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.

(Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, 1996)

Ainda sobre a legislação no que tange a Educação de Jovens e Adultos, a Resolução CNE/CEB nº 1 de 5 de julho de 2000 institui as diretrizes curriculares para a EJA que devem ser observadas na oferta e na estruturação dos componentes curriculares de Ensino Fundamental e Médio. Destaca-se neste quadro, para a exequibilidade da EJA na especificidade da educação escolar indígena, o artigo 5º desta resolução.

Art. 5º Os componentes curriculares consequentes ao modelo pedagógico próprio da educação de jovens e adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais obedecerão aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares tais como formulados no Parecer CNE/CEB 11/2000, que acompanha a presente Resolução, nos pareceres CNE/CEB 4/98, CNE/CEB 15/98 e CNE/CEB 16/99, suas respectivas resoluções e as orientações próprias dos sistemas de ensino. Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar: I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

direito à educação; II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores; III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.  
(Resolução CNE/CEB nº 1 de 5 de julho de 2000, p. 1-2)

As leis não apenas asseguram a oferta da EJA para jovens e adultos fora da idade regular, como também estabelece a indispensabilidade de uma abordagem pedagógica, incluindo conteúdos, metodologias, modos de organização e processos de avaliação diferenciados. Na EJA a escola deve trabalhar com um paradigma de educação que respeite o perfil cultural do estudante, em que suas experiências sejam a base para a aprendizagem – premissa que se assemelha com as leis e as práticas da educação escolar indígena.

Há no Brasil muitas experiências de EJA na Educação Escolar Indígena que se constituíram pela demanda destas populações perante um quadro de falta de acesso e exclusão do sistema educacional. Muitas delas experiências de sucesso que se solidificaram com a participação ativa dos povos desde a criação de seu projeto pedagógico, colocando em prática a construção de uma educação diferenciada como prevista em lei. Podemos tomar como exemplo as experiências do Rio de Janeiro das aldeias Itatin em Parati Mirim, Rio Pequeno, Araponga e Mamanguá em Parati, Sapukai em Angra dos Reis e Tekoa Mbo'yty em Camboinhas (Niterói), apontadas por Silva (2015).

Além do Estado do Rio de Janeiro podemos verificar a oferta da EJA em muitos outros estados brasileiros, como Paraná, Mato Grosso, Amazonas, Acre, entre outros. São projetos encabeçados por diferentes esferas da sociedade que vão desde instituições não-governamentais até programas de governo, alguns com cursos concomitantes com a formação profissional. De forma geral, observa-se nos documentos de registro de experiências diversas de EJA na educação indígena pelo Brasil, que esta modalidade trouxe novas perspectivas de vida e trabalho, permitindo também a ascendência de jovens e adultos indígenas ao ensino superior nas universidades locais.

A Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação Escolar Indígena é também uma reivindicação antiga da população Maxakali. Embora se configure como



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

uma proposta de muitas outras populações indígenas no Brasil, ainda surge como nova para as Secretarias de Estado da Educação com experiências pontuais em território nacional. Na modalidade da EJA cabe ressaltar a experiência do PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos –, uma ação conjunta entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. O PROEJA foi uma iniciativa de formação profissional concomitantemente com a escolarização em nível fundamental e médio que possibilitou às comunidades indígenas participantes a formação de agentes de saúde, saneamento e agroflorestal.

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos é aplicável à Educação Escolar Indígena com a devida contextualização correspondente à realidade sociocultural do povo indígena que pretende introduzi-la. A oferta desta modalidade pode encontrar barreiras na organização social indígena quando sua forma não for discutida com as comunidades. Contudo, é imprescindível às equipes de atendimento à educação escolar indígena Maxakali a criação de um projeto de Educação de Jovens e Adultos com e para o povo Maxakali, a *EJA Maxakali Ensino Fundamental Bilíngue - Anos Iniciais e Anos Finais*, com pedagogia, currículo, carga horária e materiais didáticos específicos. Indica-se ainda a criação de cursos de formação continuada destinados aos professores Maxakali para atuarem na Educação de Jovens e Adultos no território.

No que tange aos prazos para a implementação da EJA na Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali, sugere-se o seguinte plano de implementação:

<b>PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA EJA MAXAKALI</b>		
<b>ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS -LETRAMENTO BILÍNGUE</b>		
<b>Ação</b>	<b>Atividades</b>	<b>Período</b>
Formatação do projeto	Definição do cronograma de trabalho. Discussão do serviço com as aldeias (levantamentos quantitativos de estudantes e organizacional).	Janeiro a dezembro de 2019



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

	Construção da proposta: concepção pedagógica, currículo, carga horária, metodologias, materiais didáticos específicos, formação de professores.  Atividades de construção de materiais didáticos específicos e de formação de professores.	
Início das Aulas	Continuidade das atividades de construção de materiais didáticos específicos e de formação de professores.	Fevereiro de 2020

**6. PROPOSTA DE EXPANSÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI PARA O ANO DE 2019**

Abaixo encontram-se as propostas levantadas por professores, coordenador e lideranças das aldeias atendidas pela EEIISM. Tendo em vista que a escola se faz presente em duas Reservas de realidade populacional muito diferentes – que conseqüentemente alteram a vida escolar dos Maxakali que ali habitam –, optou-se por dividir em tópicos algumas questões específicas da Aldeia Cachoeirinha e da Aldeia Verde.

**6.1 Construção do projeto EJA Maxakali: Ensino Fundamental Anos Iniciais Bilíngue**

Para os professores e lideranças Maxakali o atendimento na modalidade de EJA nos Anos Iniciais, alfabetização na língua Maxakali, justifica-se pelo grande número de jovens que almejam retomar os estudos e adquirir o conhecimento da escrita na língua Maxakali e da língua portuguesa falada e escrita. Os discursos empreendidos pelos professores durante o seminário e a oficina mostram uma preocupação com que jovens, homens e mulheres Maxakali tenham uma trajetória escolar em que aprendam o



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

português, com interação com os saberes ligados à cultura do não-índio, bem como certificação de sua formação.

Os professores Maxakali esperam no atendimento educacional dos Anos Iniciais na modalidade da EJA o ensino da Língua Portuguesa para os jovens e os adultos acima de 16 anos. Segundo eles, estes jovens e adultos já aprenderam a língua Maxakali falada, utilizada no cotidiano e nos cantos, não resultando em “problema”<sup>24</sup> a possibilidade de letramento bilíngue nesta modalidade de ensino.

Quando os Maxakali falam em aprender o português, vale lembrar, não estão reduzindo este aprendizado exclusivamente à língua. O que os Maxakali consideram “aprender português” refere-se a todo um sistema de conhecimento da sociedade não-indígena, que inclui a educação monetária, a tecnologia, a ciência, a política, entre outros. No que diz respeito à educação de adultos, as políticas educacionais já existentes concebem a educação como um meio para os jovens e adultos se apropriarem da informação e das habilidades do mundo ocidental, a fim de empregá-las em benefício (caso possam trazer benefício) da comunidade à qual pertencem.

Diante destas colocações faz-se importante construir uma proposta pedagógica específica para a *EJA Maxakali Ensino Fundamental Anos Iniciais Bilíngue*, organizar um currículo que inclua nesta fase, na modalidade da EJA, o ensino da Língua Portuguesa e de outros conhecimentos como educação monetária, tecnologia, história Maxakali e história do Brasil, entre outros. Uma vez que a matriz curricular na etapa inicial do ensino fundamental regular (1º ano ao 5º ano) não contempla o ensino de língua estrangeira (no caso, português) e de educação monetária, por exemplo. Vimos anteriormente que a legislação educacional brasileira é bastante aberta quanto à carga horária, à duração e aos componentes curriculares dos cursos oferecidos na modalidade de EJA.

Tendo em vista a necessidade de um trabalho conjunto de toda a equipe pedagógica envolvida na educação escolar indígena Maxakali para a criação de um projeto para a Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual Indígena Izabel da Silva

24 Os Maxakali entendem que o aprendizado do português na infância pode acarretar na perda da língua e da cultura. Sobre a ideia de “perda cultural” que permeia entre os Maxakali e incide diretamente em sua concepção de educação escolar, ver *Produto 1 – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali e da aldeia que ela atende*. Lideranças e professores Maxakali optaram por construir uma matriz curricular para os *Anos Iniciais* onde não há o ensino da Língua Portuguesa para crianças e adolescentes dos 6 aos 15 anos (idade média em que se está alfabetizado/letrado na Língua Maxakali).





1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

Maxakali, indica-se o ano de 2019 para a elaboração de uma proposta sólida de educação e letramento bilíngue para o início das aulas no ano de 2020.

Sobre a duração da formação na etapa inicial do Ensino Fundamental, a proposta do curso *EJA Ensino Fundamental Anos Iniciais Bilíngue* que se coloca inicialmente é de conclusão em no máximo 2 anos e 6 meses de estudos.

<b>EJA MAXAKALI ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS BILÍNGUE</b>	
1º ANO, 2º ANO E 3º ANO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO	{ 1 ANO E 6 MESES DE ESTUDO
4º ANO E 5º ANO CICLO COMPLEMENTAR	{ 1 ANO DE ESTUDO

### **6.1.1 EJA Anos Iniciais Bilíngue na Aldeia Cachoeirinha**

Para a oferta dos Anos Iniciais na Aldeia Cachoeirinha foi levantado um quantitativo de 6 jovens e adultos que desejam aprender a ler e escrever na sua língua vernácula e na língua portuguesa, além de acessar outros conhecimentos que a vivência escolar pode oferecer – a liderança Raphael Maxakali disse que este quantitativo é maior, mas precisam de mais tempo para dialogar com alguns jovens para que incentivá-los a retomar os estudos. Muitas mulheres desejam frequentar a escola para que possam participar mais ativamente de questões importantes dentro da aldeia. Com poucas famílias o quantitativo de homens na Aldeia Cachoeirinha é menor se comparado a outras aldeias do povo Maxakali e isto faz com que a participação das mulheres se torne cada vez mais solicitada pelos homens. Estes estudantes deverão iniciar os estudos desde o primeiro ciclo dos Anos Iniciais.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

**EJA ANOS INICIAIS – LETRAMENTO BILÍNGUE ALDEIA  
DEMANDA INICIAL CACHOEIRINHA**

1. Valdete Maxakali
2. Maria Raphael
3. Raquel Maxakali
4. Denilo Maxakali
5. Andreia Maxakali
6. Leonardo Maxakali<sup>25</sup>

### **6.1.2 EJA Anos Iniciais Bilíngue na Aldeia Verde**

Na Aldeia Verde há inicialmente uma média de 10 jovens e adultos que desejam ser alfabetizados na língua Maxakali e aprender a língua portuguesa. Alguns deles já frequentam há alguns anos a escola matriculados nos Anos Iniciais, mas não foram alfabetizados na língua vernácula. Deste modo, nesta Aldeia é necessário traçar um diagnóstico de nível de leitura e escrita destes estudantes para que se possa identificar o tempo ainda necessário de permanência nos Anos Iniciais para a conclusão do letramento. Assim, há possibilidade de que na Aldeia Verde a oferta da EJA Anos Iniciais bilíngue, não se inicie com o ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º ano), mas sim com o ciclo do 4º e 5º ano com foco especial no letramento.

### **6.2 Construção do projeto EJA Maxakali: Ensino Fundamental Anos Finais Bilíngue**

Verifica-se nas aldeias atendidas pela EEIISM jovens e adultos que concluíram os Anos Iniciais, estão fora da escola e desejam retomar os estudos. Muitos deles se mantiveram longe da escola no ano de 2018 pelo não oferecimento dos Anos Finais e,

<sup>25</sup> Leonardo Maxakali é professor de Território e deseja fazer formação no Magistério Maxakali. Considera que precisa se alfabetizar na Língua Maxakali e propõe participar das aulas.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

consequentemente, a suspensão das aulas de português.<sup>26</sup> A EJA é a forma de atendimento mais indicada para que estes estudantes retornem para a sala de aula e concluam o Ensino Fundamental, pois são todos maiores de 15 anos e a grande maioria tem idade acima da faixa etária escolar em nível médio.

A implementação desta fase na modalidade de EJA também exigirá de toda a equipe pedagógica envolvida na educação escolar indígena Maxakali a criação de uma proposta voltada à *EJA Maxakali Ensino Fundamental Anos Finais Bilíngue*. Esta proposta poderá se apoiar na matriz curricular já existente proposta para os Anos Finais na modalidade de ensino regular, porém as especificidades da educação de jovens e adultos como currículo, carga horária, materiais diferenciados, entre outros deverão ser observadas. Recomenda-se o ano de 2019 para a elaboração da proposta pedagógica que deverá ser concretizada com o início das aulas no segundo semestre do ano de 2020. No que tange a duração, a proposta do curso EJA Anos Finais que se coloca inicialmente é de conclusão em no máximo dois anos estudos:

**EJA MAXAKALI ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS BILÍNGUE**

6º ANO AO 9º ANO { 2 ANOS DE ESTUDO

Os professores e lideranças Maxakali pleiteiam ainda um projeto de EJA com a implementação de formação técnica concomitante com os Anos Finais, sinalizam cursos que para eles são importantes para o desenvolvimento de projetos e melhorias no território Maxakali e que a SEE/MG estude quais dos cursos demandados podem ser empreendidos já no Ensino Fundamental. Entre os cursos técnicos solicitados estão: técnico agrícola, técnico em meio ambiente, corte e costura, técnico em eletrônica e técnico em mecânica.

<sup>26</sup> Ver Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Isabel da Silva Maxakali e da aldeia que ela atende.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

### **6.2.1 EJA Anos Finais bilíngue na Aldeia Cachoeirinha**

Na Aldeia Cachoeirinha o professor Genivaldo Maxakali afirma que há em média 5 estudantes para dar continuidade aos estudos nos Anos Finais. Os participantes das atividades informaram que havia muitos estudantes na escola aprendendo o português e que estes retomariam os estudos caso fosse ofertado na escola os Anos Finais com as aulas de língua portuguesa. A avaliação será necessária para revelar ao certo quantos e quais são os estudantes aptos a cursar os Anos Finais na Aldeia Cachoeirinha.

Esta demanda necessita ser checada com bastante atenção pela equipe da SEE/MG. O que se percebe é que boa parte destes estudantes que frequentavam as aulas de Português anteriormente ainda não se alfabetizaram na língua Maxakali. Como não havia a possibilidade de estudarem entre jovens e adultos, estes estudantes optavam pelas aulas de Português durante as tardes em detrimento das aulas de alfabetização na língua vernácula, pois teriam que estudar em meio às crianças pequenas.

### **6.2.2 EJA Anos Finais bilíngue na Aldeia Verde**

Na Aldeia Verde um levantamento feito junto aos professores regentes dos Anos Iniciais, aponta uma média de 8 estudantes alfabetizados na língua Maxakali entre os matriculados no ano de 2018<sup>27</sup> e com idade para iniciar o 6º ano do Ensino Fundamental. O coordenador Isael Maxakali acredita que a Aldeia Verde terá uma média de 20 estudantes aptos a cursar os Anos Finais, pois há ainda aqueles que deixaram de frequentar a escola no ano de 2018 e retornarão com a oferta de continuidade dos estudos dentro da aldeia. Este quantitativo deverá ainda ser verificado quando da implantação dos Anos Finais com uma avaliação objetivando identificar e quantificar os estudantes matriculados e os estudantes que deixaram de frequentar a escola no ano de 2018. A partir dos levantamentos deste quantitativo de estudantes, toma foco a ação de avaliação.

<sup>27</sup> De acordo com o *Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali e da aldeia que ela atende* – estar alfabetizado na língua Maxakali é o critério para que os jovens possam iniciar o estudo da língua portuguesa. Vemos que os professores Maxakali chamam de estar alfabetizado a capacidade de ler e escrever na língua sabendo utilizá-la de maneira independente.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

### **6.3 Ensino Fundamental Anos Finais na modalidade de ensino regular**

A implementação desta turma em fevereiro de 2019 terá como matriculados todos aqueles jovens e adultos com idade indicada para cursar a EJA, estes estudantes poderão permanecer na modalidade de ensino regular durante a elaboração do projeto *EJA Maxakali* pela equipe pedagógica da SEE/MG, SRE-Teófilo e da EEIM. Professores e lideranças Maxakali consideram uma boa opção para que os estudantes finalmente retornem à escola, uma vez que muitos têm este desejo.

O quantitativo de estudantes deverá ser confirmado após as avaliações feitas com estudantes dos Anos Iniciais. O coordenador escolar e a supervisora da EEIISM consideram que as avaliações devem ainda ser feitas em equipe, além de outros pontos levantados na sessão 4.1 deste documento.

### **6.4 Magistério Indígena Maxakali**

A formação profissional e técnica de professores em nível médio – magistério indígena – é uma forte reivindicação do povo Maxakali. Observa-se na EEIISM que metade do seu corpo docente não possui formação profissional, são professores leigos. Do total de 11 professores regentes 7 não concluíram o Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio como podemos observar na tabela reproduzida na sessão 4.3, retirada do documento *Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali e da aldeia que ela atende*.

Faz-se urgente iniciar o curso Magistério Indígena Maxakali em atendimento às demandas da EEIISM e demais escolas estaduais Maxakali, visto que a maior parte do corpo docente das escolas não possui formação profissional para atuar em sala de aula e em atendimento à legislação brasileira no que tange a educação escolar indígena. O curso de formação de professores será tratado de forma específica no Produto IV desta consultoria.

Nas Aldeias Verde e Cachoeirinha, as lideranças reivindicam que adultos que ocupam outros postos de trabalho diferentes da profissão de professores tenham acesso ao Magistério Indígena Maxakali. Todos eles já frequentaram os Anos Finais do Ensino



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

Fundamental dentro ou fora de suas aldeias, alguns não concluíram, outros concluíram, mas não possuem o certificado.

No contexto deste documento é importante dizer da indispensabilidade do projeto de certificação do Ensino Fundamental no início do ano de 2019 para que os professores atuantes na EEIISM e outros adultos que desejam cursar o Magistério Indígena, possam prosseguir com os estudos no Ensino Médio cursando o Magistério.

**7. PROPOSTA DE EXPANSÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI PARA O ANO DE 2020**

**• Início do atendimento educacional na modalidade EJA, Ensino Fundamental Anos Iniciais Bilíngue**

Em observância à tabela proposta para a *EJA Maxakali Ensino Fundamental Anos Iniciais Bilíngue*, aos estudantes desta fase e modalidade de ensino no ano de 2020 deverá ser ofertado na Aldeia Cachoeirinha o ciclo de alfabetização. Na Aldeia Verde o ciclo ofertado dependerá do resultado do PIP (avaliação de nível de letramento).

**• Início do atendimento educacional na modalidade EJA, Ensino Fundamental Anos Finais – presencial**

Em observância à tabela proposta para a *EJA Maxakali – Anos Finais Bilíngue*, no ano de 2020, o atendimento nesta modalidade e fase do Ensino Fundamental será do ciclo complementar.

**• Oferta do 6º ano do Ensino Fundamental na modalidade de ensino regular**

Tendo em vista os estudantes matriculados no ano de 2018 e o desenvolvimento da vida escolar dos mesmos em 2018 e 2019, projeta-se para o ano de 2020 a oferta do 6º ano regular. Em uma avaliação sobre a vida escolar das crianças matriculadas em 2018,



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

os professores Maxakali concluíram sobre a possibilidade de uma turma com uma média de 20 estudantes.

A equipe pedagógica da EEIISM espera aprender novas metodologias de alfabetização através do Magistério Indígena e de oficinas que poderão ser articuladas por um Plano de Intervenção Pedagógica ao longo do ano de 2019. O objetivo dos professores é diminuir o tempo em que os estudantes alcançam a alfabetização/letramento na Língua Maxakali para concluir os Anos Iniciais<sup>28</sup>, aplicando novas formas de ensino.

- **Continuidade do atendimento educacional nos Anos Finais no 7º ano na modalidade ensino regular**

Os estudantes com idade regular (se houver) que cursaram o 6º ano em 2019 poderão compor esta turma em 2020.

- **Continuidade da oferta do curso de Magistério Indígena Maxakali em nível médio.**

## 7 NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Em análise ao documento *Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali e da aldeia que ela atende*, é possível verificar a relação Maxakali com a língua portuguesa e o que esperam com aprender português. Vimos que este aprendizado passa não só pela língua, mas também por compreender a sociedade não-indígena e suas formas de organização. O ensino do português via educação escolar e as reivindicações dos professores da Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali por este ensino envolvem uma série de questões relacionadas à autonomia dos Maxakali nas relações com não indígenas. Mas não são somente estas relações fazem com que os Maxakali solicitem o que é de direito em suas escolas: uma

<sup>28</sup> Vale lembrar que o uso da leitura e da escrita na Língua Maxakali é uma das habilidades importantes para se concluir os Anos Iniciais. Há também outras habilidades avaliadas pelos professores. Mas o letramento tem sido a mais desafiadora para os docentes.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

educação bilíngue. Também o fazem pelo desejo de se relacionar com o outro em muitas esferas.

Na Reserva Indígena Aldeia Verde há poucos falantes do português e menos ainda leitores da língua portuguesa. Muitos entendem, mas não falam português, especialmente as mulheres. No cotidiano da aldeia usam a língua Maxakali para comunicar entre si. Na Aldeia Cachoeirinha homens e mulheres entendem e falam um português restrito, apenas palavras simples de uso cotidiano da cultura não-indígena, não leem ou escrevem em língua portuguesa – com exceção de poucos homens que já frequentaram aulas de português dentro e fora da aldeia. A necessidade do uso da língua portuguesa dentro da aldeia se dá expressamente nas situações de contato com não indígenas.

Neste contexto, alguns coletivos que estão em maior contato com falantes do português possuem um entendimento mais abrangente da língua portuguesa por necessitarem utilizá-la com frequência. São alguns professores, agentes de saúde, lideranças envolvidas no diálogo institucional, lideranças envolvidas na política municipal. Neste ponto, cabe lembrar:

Seguindo orientação de D'Angelis (2002, p. 106) em estudo sobre o bilinguismo em sociedades indígenas, é possível traçar a seguinte análise na sociedade Maxakali:

velhos - tendem ao monolinguismo (em língua Maxakali)

adultos - tendem ao bilinguismo (Maxakali - Português)

jovens - tendem ao bilinguismo (Maxakali - Português)

crianças - tendem ao monolinguismo (em língua Maxakali)

*(Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Isabel da Silva Maxakali e da aldeia que ela atende, p. 55)*

A análise do bilinguismo e o entendimento da realidade sociolinguística entre os Maxakali da Aldeia Verde e da Aldeia Cachoeirinha são elementos significativos para pensar a importância de uma política linguística pedagógica bem definida pela escola. Estudos sociolinguísticos são os principais provedores de dados considerados fundamentais para a criação de políticas linguísticas pedagógicas para a educação bilíngue. Além disso, a avaliação que a escola (toda a sua equipe pedagógica envolvida) fizer do bilinguismo em sua comunidade é o que deverá decidir sobre a proposta pedagógica de educação bilíngue voltada para ela.

Uma política linguística bem traçada é aquela totalmente ligada ao fortalecimento das práticas culturais e dos espaços de produção dos saberes de um povo indígena, ou





1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

seja, com envolvimento dos mais velhos, produção escrita e engajamento dos jovens, cada vez mais seduzidos pelos encantos do mundo não-indígena. Uma política de ensino de línguas que garanta o fortalecimento da língua Maxakali e não a redução dos espaços cotidianos e dos espaços especializados (rituais) que a língua vernácula ocupa, como acontece com algumas populações indígenas no Brasil.

Definir uma política linguística para a educação bilíngue nos Anos Finais é um passo importante e indispensável para a educação Maxakali no ano de 2019. Pois estão previstas práticas pedagógicas bilíngues, pela matriz curricular nesta fase do ensino, e não se deve perder de vista que o uso da língua vernácula promove o saber tradicional, cria laços entre gerações, possibilita a aquisição de novos e velhos conhecimentos, movimentam a cultura, além de ser meio de comunicação. O uso da língua portuguesa como segunda língua deverá favorecer novas experiências em contextos diferentes como o comércio, a política, os estudos em nível superior etc.

## **8 CONCLUSÃO**

Durante a consulta para elaboração de um Plano de Expansão do Atendimento Educacional na Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali, muitas ações e discussões foram propostas para reflexão dos pontos citados neste documento. Com atenção aos pareceres que o compõem, à guisa de conclusão, destacam-se as demandas abaixo:

- Criação de um Plano de Intervenção Pedagógica com o objetivo de trabalhar a avaliação escolar;
- Criação de um Plano de Intervenção Pedagógica com o objetivo de trabalhar a sistematização dos saberes e conteúdos presentes em cada área do conhecimento e componente curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental, possibilitando espaços de diálogo e construção pedagógica entre as equipes das três escolas estaduais indígenas Maxakali;



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

- Compilação das sugestões de alteração feitas separadamente pelas três escolas estaduais indígenas na Matriz Curricular dos Anos Finais e aprovação desta matriz pelas lideranças, professores e coordenadores Maxakali, para sua implementação no ano de 2019;
- Criação de um projeto para a implementação da Educação de Jovens e Adultos Maxakali Anos Iniciais bilíngue e Anos Finais bilíngue – 2019;
- Ações de certificação do Ensino Fundamental Anos Finais (início do ano de 2019);
- Início das aulas do curso de Magistério Indígena Maxakali - 2019;
- Oferta da EJA Anos Iniciais Bilíngue na Aldeia Cachoeirinha – 2020;
- Oferta da EJA Anos Iniciais Bilíngue na Aldeia Verde – 2020;  
Observa-se a realização de PIP para efetuar o diagnóstico de nível de leitura e escrita dos estudantes matriculados atualmente nos Anos Iniciais na Aldeia Verde. O diagnóstico deverá trazer a definição dos ciclos ofertados na abertura de uma turma.
- Oferta da EJA Anos Finais Bilíngue na Aldeia Verde – 2020;
- Oferta da EJA Anos Finais Bilíngue na Aldeia Cachoeirinha – 2020;
- Oferta de uma turma de 6º ano na modalidade de ensino regular – 2020;
- Oferta de uma turma de 7º ano na modalidade de ensino regular – 2020;  
Com atenção à sessão 7.4 deste documento.
- Continuidade do curso de Magistério Indígena Maxakali;



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

Cabe ressaltar alguns desafios para a SEE/MG no diálogo com a população Maxakali atendida pela EEIISM no que tange as demandas que apresentam para os anos de 2019 e 2020. A atenção as ofertas na modalidade da EJA com a criação de um projeto junto à comunidade Maxakali deve ser imediata, traçando uma proposta pedagógica e curricular que vá de encontro com as especificidades da educação Maxakali.

O atendimento para os Anos Finais no segundo endereço da Aldeia Cachoeirinha enfrentará os desafios de composição das turmas e do corpo docente para atuar na escola. No que tange a composição das turmas há um quantitativo baixo de estudantes. Com relação à docência, atualmente há um professor regente contratado que atua nos Anos Iniciais, Genivaldo Maxakali. Raphael Maxakali, cacique da aldeia, já possui formação no Magistério Indígena e atuou alguns anos como professor regente (alfabetizador na Língua Maxakali), mas não demonstrou disponibilidade para atuar como professor regente nos Anos Finais. Segundo ele, por ser mais velho e possuir muitos conhecimentos, acredita que deve continuar como professor de Cultura.

O professor de Território, Leonardo Maxakali, apesar de solicitar cursar o Magistério Indígena e afirmar querer ser professor regente, necessita de reforço na sua alfabetização na língua Maxakali, pois não concluiu os estudos. Leonardo Maxakali mesmo sendo professor considera que necessita concluir a alfabetização na língua vernácula (Anos Iniciais). O agente de saúde Alípio Maxakali se mostrou muito interessado nas atividades da escola e afirmou que tem o desejo de concluir os estudos e se tornar professor assim como Antônio Rafael que atualmente auxilia o enfermeiro Bruno da SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena – nas suas atividades diárias (nutrição, organização de medicamentos, assepsias etc.). Deste modo, todos aguardam pela certificação e esperam poder dar continuidade aos estudos.

A população da Aldeia Cachoeirinha demanda a desvinculação da EEIISM e a criação da Escola Estadual Indígena Aldeia Cachoeirinha. A referida população também alega que os equipamentos e benefícios enviados para a escola sede na Aldeia Verde não chegam até o segundo endereço na Aldeia Cachoeirinha. A dificuldade de diálogo entre as aldeias e as alegações de apropriação dos benefícios da EEIISM somente pela equipe pedagógica da Aldeia Verde contribuem para o tensionamento das relações entre as duas Reservas. Os Maxakali que residem na Aldeia Cachoeirinha solicitam a ajuda da SEE/MG no diálogo para a busca de soluções.



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

## 9 REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, Vanessa Lorena. Diário de campo: Anotações diversas. Ladainha – Reserva Indígena Maxakali, Aldeia Verde e Aldeia Cachoeirinha. Notas de campo (manuscritas), 2018. Não publicado.

ANASTÁCIO, Vanessa Lorena. *Produto I – Diagnóstico referente à Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali e da aldeia que ela atende*, 2018. Não publicado.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CONVENÇÃO 169 OIT. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm)>. Acesso em: 25 out. 2015.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Educação escolar e ameaças à sobrevivência das línguas indígenas no Brasil Meridional*. BRASA IX - New Orleans/LO, USA, 27-29 mar 2008.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Kaingáng: questões de Língua e Identidade*. LIAMES 2 - pp. 105-128, Primavera 2002.

Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Disponível em: <[https://www3.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu\\_escolar/ml\\_04.pdf](https://www3.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu_escolar/ml_04.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2015.

Mehinaku, Mutuá. Kagaiha akisũ efĩbepũgũ – A chegada da língua dos brancos. In.: CUNHA, Manuela Carneiro; CESARINO, Pedro Niemeyer (Orgs.). *Políticas Culturais e Povos Indígenas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 391-434.

FREIRE, JOSÉ R. Bessa. A demarcação das línguas indígenas no Brasil. In.: CUNHA, Manuela Carneiro; CESARINO, Pedro Niemeyer (Orgs.). *Políticas Culturais e Povos Indígenas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 363-389.

LADEIRA, Maria Elisa. De “povos ágrafos” a cidadãos analfabetos: as concepções teóricas subjacentes às propostas educacionais para os povos indígenas no Brasil. In.: CUNHA, Manuela Carneiro; CESARINO, Pedro Niemeyer (Orgs.). *Políticas Culturais e Povos Indígenas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 435-454.

LDB. Lei de Diretrizes e Bases. Lei no 9.394 de 20/12/1996. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 20 mai. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. *PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e*



1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRAL E INTEGRADA

*Adultos Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena: Documento Base*. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Documento final da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena*. Luiziânia-GO, Brasil. 2009.

NETO, Maria Gorete. *Educação linguística e formação de professores indígenas: refletindo sobre o conceito de língua e suas implicações*. In.: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/simposiufac/article/viewFile/855/452>. Acesso em 07/09/2018

NETO, Maria Gorete. *Políticas linguísticas públicas e o ensino de português, como segunda língua, no contexto indígena tapirapé*. ANAIS DO SETA, Número 1, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas* - Brasília: MEC/SEF, 1998.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1 DE 5 DE JULHO DE 2000. <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>> Acesso em setembro, 2018.

SILVA, Aracy Lopes da. *A educação de adultos e os povos indígenas do Brasil*. Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76, p. 89-129, fev. 2003.

SILVA, Maria do Socorro Pimental da. *Letramento bilíngue em contextos de tradição oral*. Goiânia: PROLIND; FUNAPE, 2012.

SILVA, Norma Maria Jacinto da. *EJA: perspectivas de mudança para alunos indígenas Guarani Mbya*. Khóra, revista transdisciplinar, v. 2, n. 2, maio 2015.